



DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIAS DE 20 DE MARÇO DE 2015

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições constantes na Estrutura Regimental da Autarquia aprovada pelo Decreto nº 5.765, de 24 de abril de 2006, publicado no D.O.U. de 28/04/2006, e o previsto no artigo 126. Inciso XV, no Regimento Interno aprovado pela Resolução C.A. nº 10, de 31 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U. de 26 de fevereiro de 2007, e considerando a competência que lhe foi delegada pela Portaria/DG nº 85, de 28 de janeiro de 2015, publicada no D.O.U. de 29 de janeiro de 2015, e tendo em vista o constata do Processo nº 50616.000442/2015-81, resolve:

Nº 311 - DISPENSAR o servidor JACKSON LUIZ SILVA, Analista Administrativo, matrícula DNIT nº 5445-3, CPF nº 035.974.559-80, da função de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, código FG-3, da Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina desta Autarquia.

Nº 312 - DESIGNAR o servidor WALDIR VIEIRA DUART, Datilógrafo, matrícula DNIT nº 1961-5, CPF nº 416.394.649-72, para exercer a função de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, código FG-3, da Superintendência Regional no Estado de Santa Catarina desta Autarquia.

EDME TAVARES DE ALBUQUERQUE FILHO

PORTARIAS DE 20 DE MARÇO DE 2015

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, usando de competência que lhe foi delegada pela Portaria DG nº 85, de 28 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 2015, resolve:

Nº 315 - DISPENSAR o servidor MATIAS BORGES DE ANDRADE, Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula DNIT nº 3959-4, CPF nº 273.611.606-20, da Função de Chefe de Setor de Apoio Administrativo da Coordenação Geral de Portos Marítimos, Código FG-2, da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária desta Autarquia.

Nº 316 - DESIGNAR o servidor VARLEY PIRES DA MATA, Técnico Administrativo, Matrícula DNIT nº 5267-1, CPF nº 026.526.991-13, para exercer a Função de Chefe de Setor de Apoio Administrativo, Código FG-2, da Coordenação Geral de Portos Marítimos da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária desta Autarquia, ficando exonerado da função que atualmente ocupa.

Nº 317 - DESIGNAR a servidora JAQUELINE PORTMANN BORBA, Técnica Administrativa, Matrícula DNIT nº 5233-7, CPF nº 023.263.211-11, para exercer a Função de Chefe de Setor de Apoio Administrativo, Código FG-2, da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária desta Autarquia.

EDME TAVARES DE ALBUQUERQUE FILHO

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 41, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 143 e 149, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, resolve:

Art. 1º Designar os servidores BRUNO DIAS GALVÃO CAVALCANTI, matrícula 22.320, ROGÉRIO CARNEIRO PAES, matrícula 82.031, e WILSON ALVES DA SILVA, matrícula 16.883, para, no prazo de 30 (trinta) dias e sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão Sindicante, incumbida da apuração dos fatos narrados no Processo CNMP nº 0.00.002.000189/2015-13, bem como os demais fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

BLAL YASSINE DALLOUL

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 25, DE 18 DE MARÇO DE 2015

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO que, dentre outras atribuições, incumbe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição da República e do art. 18, inciso II, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correção geral;

CONSIDERANDO o teor da decisão proferida nos autos da Sindicância nº 0.00.000.000211/2014-56;

CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal e artigo 70, §1º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, designar comissão composta por membros vitalícios do Ministério Público; resolve:

1. Instaurar inspeção extraordinária, com fundamento no artigo 67, da Resolução n. 92/2013 (Regimento Interno do CNMP), para apurar a regularidade dos serviços do Ministério Público na 1ª Promotoria de Justiça Militar do Ministério Público do Estado do Ceará.

2. Designar o Promotor de Justiça do Estado do Paraná, RODRIGO LEITE FERREIRA CABRAL, e Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios, SERGIO EDUARDO CORREIA COSTA GOMIDE, para realizar a inspeção extraordinária, no dia 14 de abril de 2015, a partir das 9:00h, na sede da 1ª Promotoria de Justiça Militar do Ministério Público do Estado do Ceará, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a realização do procedimento.

3. Determinar que seja dada ciência da instauração da presente inspeção ao Senhor Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará na forma do art. 41, I, do RICNMP, encaminhando-lhe cópia desta portaria inaugural;

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 197, DE 9 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.001510/2015-33, resolve:

Autorizar o afastamento do país, com ônus, do Subprocurador-Geral da República, LUCIANO MARIZ MAIA, no período de 10 a 20 de abril de 2015, para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar do XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, a realizar-se entre os dias 12 e 19 de abril de 2015, em Doha, Catar.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 195, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.001510/2015-33, resolve:

Autorizar o afastamento do país, com ônus, do Subprocurador-Geral da República, JOSE BONIFACIO BORGES DE ANDRADA, no período de 10 a 20 de abril de 2015, para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar do XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, a realizar-se entre os dias 12 e 19 de abril de 2015, em Doha, Catar.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 198, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.001510/2015-33, resolve:

Autorizar o afastamento do país, com ônus, do Subprocurador-Geral da República, NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO, no período de 10 a 20 de abril de 2015, para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar do XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, a realizar-se entre os dias 12 e 19 de abril de 2015, em Doha, Catar.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 199, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.001510/2015-33, resolve:

Autorizar o afastamento do país, com ônus, da Assessora Especial em Matéria Internacional do Gabinete do Procurador-Geral da República, GEORGIA RENATA SANCHEZ DIOGO, no período de 10 a 20 de abril de 2015, para assessorar o Secretário de Cooperação Internacional do Gabinete do Procurador-Geral da República, Vladimir Barros Aras, no XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, a realizar-se entre os dias 12 e 19 de abril de 2015, em Doha, Catar.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 200, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.001510/2015-33, resolve:

Autorizar o afastamento do país, com ônus, do Procurador Regional da República e Secretário de Cooperação Internacional, VLADIMIR BARROS ARAS, no período de 10 a 20 de abril de 2015, para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar do XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, a realizar-se entre os dias 12 e 19 de abril de 2015, em Doha, Catar.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 201, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.001510/2015-33, resolve:

Autorizar o afastamento do país, com ônus, do Procurador Regional da República, DOUGLAS FISCHER, no período de 10 a 20 de abril de 2015, para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar do XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, a realizar-se entre os dias 12 e 19 de abril de 2015, em Doha, Catar.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 202, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.001510/2015-33, resolve:

Autorizar o afastamento do país, com ônus, da Subprocuradora-Geral da República, MONICA NICIDA GARCIA, no período de 10 a 20 de abril de 2015, para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar do XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, a realizar-se entre os dias 12 e 19 de abril de 2015, em Doha, Catar.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 204, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.00.000.001510/2015-33, resolve:

Autorizar o afastamento do país, com ônus, da Procuradora Regional da República, ZELIA LUIZA PIERDONA, no período de 10 a 20 de abril de 2015, para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar do XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, a realizar-se entre os dias 12 e 19 de abril de 2015, em Doha, Catar.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 206, DE 18 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar os Procuradores Regionais da República ANA LUÍSA CHIODELLI VON MENGDEN, CARLOS AUGUSTO DA SILVA CAZARRÉ, LUIZ FELIPE HOFFMANN SANZI e MAURÍCIO GOTARDO GERUM, lotados na Procuradoria Regional da República da 4ª Região, para atuarem, em conjunto com a Procuradora Regional da República MARIA EMÍLIA CORRÊA DA COSTA DICK, nos feitos criminais em trâmite no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, decorrentes das investigações levadas a efeito pela força-tarefa designada pela Portaria PGR/MPF nº 217, de 3 de abril de 2014, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 61, de 7 de abril de 2014, e suas alterações.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 214, DE 19 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 93, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterado pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e na Portaria PGR/MPU nº 536, de 24 de outubro de 2008, resolve:

AUTORIZAR, até 8 de janeiro de 2016, com ônus para o Ministério Público Federal, a prorrogação da cessão da servidora ROSANE CAVALHEIRO CRUZ, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, para continuar a exercer o cargo em comissão de Coordenador-Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil, código DAS 101.4, da Comissão de Anistia, no Ministério da Justiça.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 215, DE 19 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o constante do Processo Administrativo nº 1.000.000.003489/2015-19, resolve:

Autorizar o afastamento do país, com ônus, do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGARIOS, no período de 20 a 23 de abril de 2015, para, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, participar do Seminário Institucional "O Provedor de justiça no futuro - os novos desafios", por ocasião da Celebração dos 40 anos do Provedor de Justiça Português, e da reunião da Rede de Provedores de Justiça no Âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, a realizarem-se nos dias 21 e 22 de abril de 2015, em Lisboa, Portugal.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 216, DE 19 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 93, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterado pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e na Portaria PGR/MPU nº 536, de 24 de outubro de 2008, resolve:

AUTORIZAR, até 17 de agosto de 2016, com ônus para o Ministério Público Federal, a prorrogação da cessão do servidor KLEBER DOS SANTOS GONÇALVES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Segurança Institucional e Transporte, para continuar a exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, CD-CC-SP-19, no Gabinete do Deputado Otavio Leite, na Câmara dos Deputados.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 217, DE 19 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento nos arts. 66 e 216 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no art. 2º da Resolução nº 92, de 14 de maio de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, considerando a Portaria PGR/MPF nº 925, de 3 de dezembro de 2014, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 1.000.000.003077/2015-71, resolve:

Designar o Subprocurador-Geral da República ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA para officiar nos processos da área de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça, ficando, assim, incluído na Portaria PGR/MPF nº 109, de 23 de fevereiro de 2015, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 52, de 25 de fevereiro de 2015.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 19, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no art. 26, inciso IX, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, e a manifestação do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na 226ª Sessão Ordinária, realizada em 12/03/2015, constante do Procedimento Administrativo MPDFT nº 08190.013530/15-62, resolve:

Art. 1º. Promover, por antiguidade, ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA, Promotor de Justiça Adjunto, ao cargo de Promotor de Justiça da carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em vaga decorrente da aposentadoria voluntária do Promotor de Justiça Amaury Damasceno e Vasconcelos, conforme consta da portaria PGJ nº 296, de 27 de fevereiro de 2015, DOU nº 40, de 2 de março de 2015, seção 2, fl.80.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nos termos do art. 199, § 1º, da Lei Complementar nº 75/1993.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 20, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no art. 26, inciso IX, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, e a manifestação do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na 226ª Sessão Ordinária, realizada em 12/03/2015, constante do Procedimento Administrativo MPDFT nº 08190.013520/15-17, resolve:

Art. 1º. Promover, por antiguidade, KATIE DE SOUSA LIMA COELHO, Promotora de Justiça, ao cargo de Procuradora de Justiça da carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em vaga decorrente da vacância do cargo da Procuradora de Justiça Maria de Lourdes Abreu, conforme consta da Portaria PGJ nº 30, de 13 de janeiro de 2015, publicada no DOU nº 9, de 14 de janeiro de 2015, Seção 2, pg. 50.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos nos termos do art. 199, § 1º, da Lei Complementar nº 75/1993.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL****PORTARIA Nº 256, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 24, inciso III, da Portaria PGR/MPF nº 591, de 20 de novembro de 2008, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º, inciso II, 35, incisos I e II, e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

1. Exonerar, a pedido, JOAO PAULO SOARES COELHO, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 24831, do cargo em comissão de Assessor Nível V, CC-5, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República, Doutor Nicolao Dino de Castro e Costa Neto.

2. Exonerar SAULO VINHAL DA COSTA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 23407, do cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República, Doutor Nicolao Dino de Castro e Costa Neto.

3. Dispensar FERNANDA AMORIM ALMEIDA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 21176, da função de confiança de Assistente, FC-3, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República, Doutor Nicolao Dino de Castro e Costa Neto.

4. Dispensar LAIS ALBUQUERQUE ANTUNES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 4774, da função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República, Doutor Nicolao Dino de Castro e Costa Neto.

5. Nomear SAULO VINHAL DA COSTA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 23407, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível V, CC-5, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República, Doutor Nicolao Dino de Castro e Costa Neto.

6. Nomear FERNANDA AMORIM ALMEIDA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula nº 21176, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República, Doutor Nicolao Dino de Castro e Costa Neto.

7. Designar LAIS ALBUQUERQUE ANTUNES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 4774, para exercer a função de confiança de Assistente, FC-3, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República, Doutor Nicolao Dino de Castro e Costa Neto.

HUGO SOUTO KALIL

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**PORTARIA Nº 127 DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 688, de 23/05/2014, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.000.000.003469/2015-30, resolve:

Declarar vago, a pedido, por motivo de exoneração, a partir de 07 de fevereiro de 2015, o cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Tecnologia da Informação e Comunicação, classe C, padrão 9, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pela servidora SUEANE SANTOS BOMFIM MACEDO, matrícula nº 12758, nos termos do art. 34, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

LEONARDO PEIXOTO DE MELO

PORTARIA Nº 128, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 688, de 23/05/2014, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.000.000.003335/2015-19, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 02 de março de 2015, o cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, classe A, padrão 1, da carreira de Analista do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor THIAGO RABELO MAIA, matrícula nº 25914, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

LEONARDO PEIXOTO DE MELO

PORTARIA Nº 129, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 688, de 23/05/2014, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.000.000.003336/2015-63, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 02 de março de 2015, o cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, classe A, padrão 3, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pela servidora KELI CAMERA, matrícula nº 23622, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

LEONARDO PEIXOTO DE MELO

PORTARIA Nº 130, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 688, de 23/05/2014, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.000.000.003338/2015-52, resolve:

Declarar vago, a pedido, por motivo de exoneração, a partir de 12 de março de 2015, o cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, classe A, padrão 1, da carreira de Téc-

nico do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor DHIEGO FEITOSA FONSECA, matrícula nº 26979, nos termos do art. 34, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

LEONARDO PEIXOTO DE MELO

PORTARIA Nº 131, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 688, de 23/05/2014, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.000.000.003432/2015-10, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 11 de março de 2015, o cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, classe A, padrão 2, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pela servidora MARLI DOS SANTOS AVILA LOPES, matrícula nº 24580, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

LEONARDO PEIXOTO DE MELO

PORTARIA Nº 132, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 688, de 23/05/2014, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.000.000.003510/2015-78, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 16 de março de 2015, o cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, classe B, padrão 4, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pela servidora LUIZA VIDAL PEREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 22949, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

LEONARDO PEIXOTO DE MELO

PORTARIA Nº 133, DE 20 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, da Portaria SG/MPF nº 688, de 23/05/2014, e tendo em vista o constante no Processo Administrativo nº 1.16.000.000634/2015-31, resolve:

Declarar vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, a partir de 06 de março de 2015, o cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, classe B, padrão 5, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor JORGE LUIS DA SILVA FERREIRA, matrícula nº 21185, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

LEONARDO PEIXOTO DE MELO

**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA
DA 5ª REGIÃO****RETIFICAÇÃO**

Na Portaria PRR-5ª Região nº 27, de 12 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União, onde se lê no Art. 1º: "Exonerar, a pedido, a partir de 16 de março de 2014, CARLOS SANTANA DO NASCIMENTO, matrícula nº 23791-4", leia-se: "Exonerar, a pedido, a partir de 16 de março de 2015, CARLOS SANTANA DO NASCIMENTO, matrícula nº 23791-4".

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DE SANTA CATARINA****PORTARIA Nº 141, DE 19 DE MARÇO DE 2015**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 106, inciso III, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, alterada pela Portaria PGR nº 727, de 22 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Exonerar, por motivo de falecimento, a partir de 25 de fevereiro de 2015, o servidor PAULO HENRIQUE WENDT, matrícula 24517, ocupante do cargo de Assessor - Nível II, CC-2, da Chefia de Gabinete do Procurador-Chefe, da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.

MARCELO DA MOTA

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL****PORTARIA Nº 163, DE 13 DE MARÇO DE 2015**

A VICE-PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais, e à vista do contido nos autos do Processo MPT nº 2.16.000.000586/2015-26, com fundamento no art. 93, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, combinado com o art. 3º, inciso I, §§ 1º, 3º e 4º da Portaria PGR/MPU nº 536/2008, alterada pela Portaria PGR/MPU nº 384/2010, resolve:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EDITAL Nº 19, DE 19 DE MARÇO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista as disposições do Edital PGR/MPF nº 14, de 5 de março de 2015, e o contido no Processo Administrativo nº 1.000.000.003077/2015-71, resolve:

Art. 1º Divulgar, em anexo, o resultado das opções para escolha de área de atuação, com vistas à reorganização da atividade dos Subprocuradores-Gerais da República junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º A designação decorrente do presente edital terá validade até o escoamento do biênio iniciado com as designações constantes da Portaria PGR nº 27, de 16 de janeiro de 2014.

Art. 3º Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral da República ou pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, conforme o caso.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO

RESULTADO DA ESCOLHA DE ÁREA DE ATUAÇÃO NO STJ		
Não houve alteração em nenhuma das áreas atualmente ocupadas pelos participantes		
Segue abaixo relação das áreas ocupadas		
Antiguidade	Nome	Vaga Ocupada
1	GERALDO BRINDEIRO	Direito Público
2	HAROLDO FERRAZ DA NOBREGA	Direito Criminal
3	ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO	-
4	WAGNER NATAL BATISTA	Direito Público
5	FLAVIO GIRON	Direito Público
6	PAULO DE TARSO BRAZ LUCAS	Direito Criminal
7	WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO	Direito Público
8	JULIETA ELIZABETH FAJARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	Direito Criminal
9	MOACIR GUIMARAES MORAIS FILHO	Direito Público
10	EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA	Direito Criminal
11	MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS	Direito Criminal
12	ZELIA OLIVEIRA GOMES	Direito Criminal
13	SANDRA VERONICA CUREAU	Direito Público
14	CLAUDIA SAMPAIO MARQUES	-
15	EDSON OLIVEIRA DE ALMEIDA	-
16	MARIA DAS MERCES DE CASTRO GORDILHO ARAS	Direito Criminal
17	MARIA CAETANA CINTRA SANTOS	Direito Público
18	ALCIDES MARTINS	Direito Criminal
19	RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS	-
20	PEDRO HENRIQUE TAVORA NIESS	Direito Privado
21	DURVAL TADEU GUIMARAES	Direito Criminal
22	AUREA MARIA ETELVINA NOGUEIRA LUSTOSA PIERRE	Direito Criminal
23	BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS	Direito Público
24	LINDORA MARIA ARAUJO	Direito Criminal
25	FRANCISCO XAVIER PINHEIRO FILHO	Direito Criminal
26	MOACIR MENDES SOUSA	Direito Criminal
27	ANTONIO CARLOS PESSOA LINS	Direito Criminal

28	DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA	-
29	AURELIO VIRGLIO VEIGA RIOS	-
30	MARIO JOSE GISI	Direito Criminal
31	JOSE FLAUBERT MACHADO ARAUJO	Direito Público
32	CELIA REGINA SOUZA DELGADO	Direito Criminal
33	ANTONIO CARLOS FONSECA DA SILVA	Direito Público
34	EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO	-
35	JOAO PEDRO DE SABOIA BANDEIRA DE MELLO FILHO	Direito Criminal
36	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA VASCONCELOS	Direito Criminal
37	MAURICIO DE PAULA CARDOSO	Direito Privado
38	MAURICIO VIEIRA BRACKS	Direito Privado
39	RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE	Direito Criminal
40	DENISE VINCI TULLIO	Direito Público
41	JOSE BONIFACIO BORGES DE ANDRADA	Direito Público
42	ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS	Direito Criminal
43	FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA SANSEVERINO	Direito Criminal
44	HUGO GUEIROS BERNARDES FILHO	Direito Criminal
45	DARCY SANTANA VITOBELLO	Direito Público
46	ANTONIO AUGUSTO BRANDAO DE ARAS	Direito Criminal
47	OSWALDO JOSE BARBOSA SILVA	Direito Criminal
48	PAULO GUSTAVO GONET BRANCO	-
49	FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO	Direito Criminal
50	LUCIANO MARIZ MAIA	Direito Criminal
51	ANA BORGES COELHO SANTOS	Direito Público
52	MARIO PIMENTEL ALBUQUERQUE	Direito Criminal
53	ODIM BRANDAO FERREIRA	-
54	GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETTO	Direito Criminal
55	HINDEMBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO	-
56	MARIO FERREIRA LEITE	Direito Criminal
57	CARLOS FREDERICO SANTOS	Direito Criminal
58	HUMBERTO DE PAIVA ARAUJO	Direito Criminal
59	ROBERTO LUIS OPPERMAN THOME	Direito Criminal
60	DILTON CARLOS EDUARDO FRANCA	Direito Público
61	SADY D'ASSUMPCAO TORRES FILHO	Direito Privado
62	JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO	Direito Criminal
63	FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA	Direito Criminal
64	MARIO LUIZ BONSAGLIA	Direito Criminal
65	MONICA NICIDA GARCIA	Direito Criminal
66	NIVIO DE FREITAS SILVA FILHO	Direito Criminal
67	JOSE ELAERES MARQUES TEIXEIRA	Direito Criminal
68	JOSE ADONIS CALLOU DE ARAUJO SA	Direito Criminal
69	HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS	Direito Privado
70	NICOLAO DINO DE CASTRO E COSTA NETO	Direito Público
71	MARIA HILDA MARSIAJ PINTO	Direito Criminal
72	CARLOS ALBERTO CARVALHO DE VILHENA COELHO	Direito Criminal
73	MARCELO ANTONIO MOSCOGLIATO	Direito Criminal
74	ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA	-

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

EDITAL Nº 5, DE 20 DE MARÇO DE 2015

A Comissão Eleitoral e Apuradora, instituída pela Portaria nº 802, de 16 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, do dia 18 de dezembro de 2014, informa que, no dia 16 de março de 2015, em conformidade com o disposto no Edital nº 1, de 5 de fevereiro de 2015, publicado no Diário Oficial da União, seção 2, do dia 6 de fevereiro de 2015, foi recebida desistência do candidato EDUARDO VARANDAS ARARUNA da eleição destinada ao preenchimento de vaga do quinto constitucional reservada ao Ministério Público do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa - PB, razão pela qual torna pública nova composição da relação de candidatos homologados para formação de lista sêxtupla para essa região.

Christiane Alli Fernandes
Jailda Eulídia da Silva Pinto
Janine Rego de Miranda
Leonardo Osório Mendonça
Lorena Pessoa Bravo
Luana Lima Duarte Vieira Leal
Luiz Felipe dos Anjos de Melo Costa
Maria Roberta Melo Komuro da Rocha
Rogério Sitônio Wanderley
Thiago de Oliveira Andrade

EDELAMARE BARBOSA MELO
Presidente da Comissão
Em exercício

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

EDITAL Nº 1, DE 20 DE MARÇO DE 2015
ELEIÇÃO PARA A ESCOLHA DE REPRESENTANTE DO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR NO CONSELHO
NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no exercício da Presidência do Colégio de Procuradores de Justiça Militar, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 124, inciso II e 126, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando a Resolução nº 80/CSMPM, de 15/10/2013, e o Ofício Conjunto nº 002/2015/CNMP-PGR, de 5/3/2015, que solicita a indicação prevista no art. 130-A, § 1º, da Constituição Federal c/c art. 2º da Lei nº 11.372/2006, e, ainda, objetivando os trabalhos relativos

à Eleição de Representante do Ministério Público Militar para o Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

1. Convocar o Colégio de Procuradores de Justiça Militar para eleição do Representante do Ministério Público Militar para o Conselho Nacional do Ministério Público, a ser realizada no dia 8 de abril de 2015, no período compreendido entre 10h às 18 horas, horário oficial de Brasília-DF, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, para formação de Lista Tríplice.

2. Fixar o período de 24 a 26 de março de 2015 para a inscrição dos Membros interessados, observadas as condições exigidas pela Lei nº 11.372, de 28/11/2006, e pela Resolução nº 80/CSMPM, de 15/10/2013.

3. Os candidatos deverão inscrever-se diretamente no link "Eleição CNMP", constante da página eletrônica da intranet do Ministério Público Militar.

4. O material de votação será encaminhado aos Membros do Colégio de Procuradores de Justiça Militar no dia 30 de março de 2015, devendo ser restituído, por ofício, à Comissão Geral Eleitoral, por via postal, com entrega rápida (sedex), até o dia seguinte à realização do pleito.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO Nº 2, DE 19 DE MARÇO DE 2015
REMOÇÃO DE PROCURADORIA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 052, de 13 de agosto de 2004, alterada pela Resolução nº 67, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, faz saber aos Procuradores de Justiça da carreira do MPDFT, que está vaga, para fins de provimento pelo critério de remoção por antiguidade, nos termos do art. 212 e seguintes da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, a 10ª Procuradoria de Justiça Criminal.

Havendo mais de um candidato à remoção, ao fim do primeiro prazo previsto no "caput" do art. 212, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, será removido o de maior antiguidade; após o decurso deste prazo, prevalecerá a ordem cronológica de entrega dos pedidos.

O prazo de quinze (15) dias de que trata o art. 212, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, contar-se-á a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste aviso.

Os requerimentos deverão ser instruídos com certidão de regularidade de serviços a ser fornecida pela Corregedoria-Geral, sendo facultada a apresentação da certidão no prazo de apuração do resultado do aviso, conforme disposto no art. 7º, sob pena de indeferimento (art. 5º, § 3º, da Resolução nº 052, de 13/08/2004, do CSMPDFT).

A lotação na Procuradoria de Justiça decorrentes do resultado do referido Aviso de Remoção serão efetivadas a partir do dia 1º de julho de 2015, conforme o disposto na Resolução nº 052, de 13 de agosto de 2004, alterada pela Resolução nº 67, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT.

LEONARDO ROSCOE BESSA

VOCÊ SABIA QUE...

...a Imprensa Nacional foi criada através do Decreto de 13 de maio de 1808, assinado pelo Príncipe Regente D. João, com o nome de Impressão Régia e seu objetivo era o de imprimir, com exclusividade, todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo?



Replica do Decreto de 13 de maio de 1808.

SIG, Quadra 6, Lote 500,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

